

APRESENTAÇÃO

Helton Adverse
UFMG

Em nome da completa liberdade de pensamento, Hannah Arendt recusava ser inserida em uma determinada corrente filosófica. Em nome da liberdade política, ela recusava qualquer filiação a doutrinas e ideologias. Soa perfeitamente coerente, então, que em seus últimos anos de vida ela reafirmasse sua desconfiança frente aos “ismos”. Escutemos o que ela diz a Roger Errera em 1973: “não tenho qualquer filosofia política que poderia ser resumida com um “ismo”¹. Diante dessa declaração de Arendt, que encontra amplo respaldo em seu trabalho intelectual, seria despropositado orientar o dossiê que aqui apresentamos pelo desejo de enquadrá-la em uma tradição filosófica qualquer. Mas isso está longe de encerrar a discussão e vejamos o porquê: não podemos esquecer que Arendt reivindicava o direito de servir-se do legado da tradição filosófica com a liberdade requerida para a realização de suas próprias aspirações. “Nossa herança não é precedida por nenhum testamento”, escreveu René Char em um poema que ela não cansava de citar. À maneira de Walter Benjamin, trata-se de recolher os *fragmentos*, de modo a abrir a via para a compreensão de um mundo no qual o “fio da tradição” se rompeu. Mas estaríamos equivocados se confundíssemos essa “apropriação” do passado com arbitrariedade hermenêutica. Na verdade, Arendt faz justamente o contrário: sua “visita” à tradição filosófica é muito bem planejada; os autores que a interessam possuem uma afinidade, mesmo que ela não seja imediatamente visível. E as experiências políticas que devem ser compreendidas estão sob o impacto do advento dos sistemas totalitários e, sob este título, reclamam a tarefa do pensamento. Quando levamos esses elementos em consideração, fica mais fácil perceber a *inclinação republicana* do pensamento político de Hannah Arendt. De um lado, alguns dos autores que desempenham um papel crucial em sua teoria política podem sem qualquer ambiguidade serem inseridos naquilo que convencionou-se chamar de “republicanismo”, destacando-se Cícero e Maquiavel. E a esses é preciso acrescentar aqueles que, embora não sejam rigorosamente “republicanos”, têm muito a contribuir com essa tradição, sobretudo, Montesquieu e Tocqueville. Em todos esses autores vemos assumido o pressuposto de que no centro da vida política está o interesse comum; em todos eles as noções de virtude e de vida pública enformam a concepção de cidadania; em todos eles, enfim, se manifesta um forte “sentimento do público”, isto é, o reconhecimento de sua especificidade e irreducibilidade ao domínio privado. Mas a questão não é meramente teórica, claro está. Porque esses autores são pensadores dos problemas políticos que os afligem e entendem, assim como Arendt, que a resposta a eles não pode ser outra a não ser “política”. Há, então, um “veio reflexivo” que acompanha a experiência política, sempre à mão de quem deseja enfrentar o desafio de seu tempo e manter-se – como dizia Karl Jaspers citado por Arendt em epígrafe de *As origens do totalitarismo* – sempre “atual”.

Os textos que compõem esse número especial dos Caderno Arendt fazem mais do que evidenciar os pontos de contato – ou as interfaces – entre o pensamento de Arendt e a tradição

¹ H. Arendt, “Interview with Roger Errera”. In: *Thinking without a Banister*. Nova York: Schocken, 2018, p. 497.

republicana: eles abrem o caminho para que o leitor possa aceder ao núcleo republicano do pensamento de Arendt, o que é muito diferente de filiá-lo a uma “escola”. Neste núcleo está uma concepção de república, forjada graças à leitura dos escritores políticos. A *res publica*, diz Arendt em certa ocasião, em sintonia com os *founding fathers*, não se confunde com a democracia (entendida como forma de governo regida pelo princípio da maioria), porque conserva no campo da vida em comum a condição fundamental da pluralidade. No nível da prática política, isto significa a pluralidade das opiniões e a instituição da oposição². No dossiê que se segue, vemos despontar essa concepção de república a propósito de discussões mais ou menos pontuais, sempre tomando por referência o “uso” que Arendt faz da tradição do pensamento. Newton Bignotto demonstra como é fecunda a estratégia de mobilizar certos temas do republicanismo para se compreender o fenômeno totalitário. Helton Adverse pretende nos convencer de que a recepção do humanismo em Arendt é uma peça relevante para compreendermos o republicanismo de Arendt. Rodrigo Moreira de Almeida toma como ponto de partida a crítica arendtiana do Estado-Nação para nos conduzir a uma concepção de república em Arendt fortemente inspirada pelo federalismo norte-americano. Também sob a égide da leitura arendtiana da revolução americana, José Luiz de Oliveira dissecou a noção de “felicidade pública”, esclarecendo as razões pelas quais Arendt a mobiliza no âmbito de uma concepção republicana de liberdade política. Rosângela Chaves explicita os impasses da igualdade no pensamento de Arendt a partir de uma dupla herança: por um lado, a virtude política da igualdade em Montesquieu; por outro, as ambiguidades da igualdade na democracia moderna em Tocqueville. Ronaldo Tadeu de Souza busca argumentar que a noção fundamental da filosofia política arendtiana, a ação política, se delinea na obra *Sobre a Revolução*. Elivanda de Oliveira Silva sustenta que a compreensão arendtiana de “direito a ter direito” está intimamente relacionada com a defesa política em sua acepção republicana.

O dossiê conta ainda com dois textos que contribuem de modo decisivo para a compreensão do “republicanismo” de Arendt, embora de modo “indireto”. Geraldo Pereira analisa o conceito de “mentalidade alargada” tendo em vista elucidar sua importância para se compreender a ação política. Sebastián Abad e Esteban Amador retomam as linhas gerais do debate entre Hannah Arendt e Eric Voegelin sobre a natureza do poder totalitário para assinalar a presença de temas estruturantes em suas reflexões que se farão presentes em suas filosofias maduras. Com a leitura de ambos os artigos, adquirimos subsídios valiosos para perceber a real dimensão do problema da república no pensamento de Arendt. Afinal de contas, não compreenderemos a *res publica* se passarmos ao largo da teoria da ação e do problema do Estado.

Ao fim e ao cabo, esperamos que o leitor se convença que o republicanismo não é um mero “ismo”. Ele é uma forma de compreensão da vida em comum que exige, de um lado, o trabalho de pensamento e, de outro, a atenção à experiência. Visitar ambos os registros é imprescindível para recolher o autêntico sentido da liberdade humana, como desejava Arendt.

² H. Arendt, “Hannah Arendt on Hannah Arendt”. In: *Thinking without a Banister*. Nova York: Schocken, 2018, p. 468.